



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

ATA N.º 6/2024
(CONTÉM 36 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório Municipal, pelas dez horas e quinze minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da reunião realizada a 28 de junho de 2024;
4. Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal 2024;
5. Aprovação do acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes;
6. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
7. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
8. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;



9. Aprovação da modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 - 4.^a modificação do contrato;
10. 26.^a Alteração ao orçamento de 2024, que compreende a 3.^a alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.^a alteração permutativa ao orçamento da receita, a 2.^a alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, e a 3.^a alteração modificativa ao plano de atividades municipais;
11. Participação variável no IRS (Ano 2025);
12. Taxa Municipal de Direitos de passagem (Ano 2025);
13. Derrama (Período de tributação de 2024);
14. Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2024 – Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo (artigo 112.º - A do CIMI);
15. Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2023;
16. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Alberto Marçal Moraes Mendes, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Marisa Pardal Lavrador; Emanuel Pinto Bernardo, Fernando Vaz das Neves, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélcio Miguel Seixas, Silvino Francisco Preto Silva, e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Maria Virgínia Lopes Preto, Emanuel David Carção, Vera Lúcia Alves Ruano, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pêra, Lísis Fernandes Gonçalves, e Luís Miguel Poço Santiago.

Os membros, Urbino Anjos Correia, e Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, fizeram-se representar, respetivamente por, Cristina Maria Teles de Sousa Martins, e por, Luz João, tendo as respetivas faltas sido justificadas.



SP-
A

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo, e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, por motivo de ordem de saúde, e Júlio Meirinhos Santana.

Verificando-se a presença de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quinze minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por cumprimentar todos os intervenientes nesta reunião, e, prosseguiu, dando conhecimento de que entre os presentes se encontravam, o Dr. Rui Rio, que, mais uma vez, se disponibilizou a vir aqui tomar posição a respeito do negócio da venda das barragens pela EDP à ENGIE, assim como o Dr. António Preto que veio informar o ponto da situação inerente a esta temática.

Deu conhecimento de que, também foram convidadas outras pessoas, as quais por motivo de agenda não tiveram oportunidade de comparecer.

Agradeceu, mais uma vez, ao Dr. Rui Rio por acompanhar nesta preocupação que é tentar fazer com que os impostos, os quais, se considera serem devidos à Terra de Miranda no âmbito da celebração desse negócio, revertam a favor de Miranda do Douro.

Em seguida, passou ao ponto número um da ordem de trabalhos, convidando o Dr. Rui Rio a apresentar os factos que são do seu conhecimento, acerca do assunto acima indicado.

1. Informações.

O **Dr. Rui Rio**, agradeceu a oportunidade de poder apresentar o seu ponto de vista no que se refere ao negócio supradito, cumprimentando, em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, o Executivo Municipal, deixando algumas palavras reconfortantes à Presidente da Câmara Municipal, pelo facto de se encontrar em recuperação devido a ter sido submetida a uma intervenção cirúrgica.

E, cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal, e os Presidentes de Junta de Freguesia.



UP.
A

Mencionou que, lhe é gratificante estar nesta data aqui, embora com um pequeno esforço adicional, porque esta causa é uma causa, que por diversas razões o toca, e com a qual se identifica por completo.

Fazendo alusão a essas principais razões, começou por enunciar que sublinhava em primeiro lugar, a questão do interior, território nacional do interior, abandonado em relação ao litoral, e dentro de esse abandono do interior e uma certa concentração no litoral, particularmente da concentração da população no entorno do litoral do país.

Comentou que, tem dito em publico muitas vezes e sublinhou novamente aqui que, neste ano em que foi festejado o quinquagésimo aniversário da ocorrência do "25 de abril", se tem verificado ao longo destes últimos cinquenta anos, e, tal como em tudo na vida, tem-se assistido a diversos êxitos e a diversas falhas, mas, considera imperdoáveis duas falhas brutais, que levam a crer, que estamos hoje manifestamente pior do que estávamos há cinquenta anos atrás.

Declarando que, essas duas falhas são, a justiça, que entende que, hoje funciona pior do que funcionava há cinquenta anos atrás, não estando a referir-se aos tribunais políticos e aos tribunais plenários, mas sim, no que se refere ao dia a dia das pessoas, quando as pessoas têm que recorrer à justiça. E, a outra falha é, a centralização do país no litoral, e particularmente na sua capital, e o abandono do território.

Referiu que, o que aqui se pretende fazer, não é fazer justiça ao interior, é uma gota no oceano, mas em parte fazer alguma justiça ao interior.

Indicou que, atualmente se tem assistido a um discurso hipócrita por parte da política, quando no discurso parecem preocupados com o interior, e depois, quando se passa às atitudes em concreto acontece exatamente o contrário.

Exemplificando, comentou que ficou chocado quando tentou impor uma votação, na Assembleia da República, para a passagem do Tribunal Constitucional, de Lisboa para Coimbra, pensando que iria assistir a uma votação favorável, ainda que os diretórios partidários tentassem fazer vapor em sentido contrário por ação de muitas pessoas ligadas ao sistema de justiça que não queriam que isso acontecesse. Mas, não foi assim, a proposta foi chumbada, e, houve muito poucos, deputados que furaram a disciplina partidária, pois a maior parte obedeceu à disciplina partidária. Referiu que, se o Tribunal Constitucional estivesse em Coimbra nada mudava no país, não deixaria de ser um país centralizado, simplesmente, teria sido um passo simbólico muito importante. Afirmando que, dizer que os órgãos de soberania têm que estar todos em Lisboa, isso poderá ser inequívoco, quando se está a falar de países subdesenvolvidos.



Nos países mais desenvolvidos, lembrando que, o país mais desenvolvido da Europa, que é a Alemanha, o Tribunal Constitucional não está em Berlim, nem em nenhuma das grandes cidades da Alemanha, mas sim, numa cidade relativamente pequena. Portanto, se em Portugal o Tribunal Constitucional tivesse passado para Coimbra seria uma coisa mínima, e nem isso o país conseguiu. E por isso, tem uma particular simpatia por esta causa, e uma particular simpatia pelo Movimento Cultural das Terras de Miranda, de certa forma, o Movimento genuíno das gentes de Miranda do Douro, que a troco de nada para si próprios, lutam para que haja justiça sempre, mas neste caso específico dos impostos por força da venda das barragens, a que estes municípios do interior têm direito.

Quando nos temos a nossa vida pública degradada por tanta falta de ética, tanto défice de seriedade intelectual, tanta falta de noção de serviço público, tantas partidarites agudas, em que, tantas vezes se colocam interesses políticos à frente, e se esquece o interesse público, seja, o interesse nacional, ou local.

E quando se constata a atuação motivada pelas pessoas que têm em vista apenas a defesa dos seus valores e a defesa da sua terra, com mais ou menos razão, com mais ou menos divergências, na base está algo de genuíno, e isso, merece da sua parte um respeito muito grande.

Afirmou que, a primeira parte que o leva a identificar-se com esta situação, tem a ver justamente com o facto de termos um país extremamente centralizado, que dá uma fraca qualidade de vida e um desenvolvimento inferior ao que podia dar aos cidadãos, sejam os cidadãos que vivam no interior, que não se desenvolve por falta de meios, sejam os cidadãos que vivem no litoral, em particular em Lisboa, e Porto, mas, principalmente em Lisboa, que vivem mal por excesso de concentração de população, e que, leva também, a um excesso de despesa pública que seria perfeitamente dispensável.

Referiu ainda que, há muita despesa pública que se faz em Portugal, que não é investimento nenhum, apesar de ser classificado como investimento, deriva apenas do facto de estar a querer meter mais pessoas do que aquelas que cabem de facto nesse lugar.

Comentou que, cada vez que se faz um túnel, ou qualquer outra obra, junto dos espaços urbanos, mais não está a ser feito do que a gastar dinheiro para emendar erros decorrentes de um excesso de concentração. Mas, isso deriva de um planeamento territorial mal feito, porque se as coisas estivessem realmente equilibradas não seria preciso isso rigorosamente para nada.

O segundo aspeto que o trouxe aqui, que o arrelia, que é estar permanentemente a assistir a este fenómeno que é dos agentes políticos que em cada momento que têm o poder político, são fracos



com os fortes, e são fortes com os fracos. E, se, assistiu a isto já com consciência, antes do 25 de abril, que era uma coisa brutal, disse que, tem vindo a assistir de forma crescente, nos últimos anos, a este fenómeno aparecer ainda com mais força em Portugal, do que há vinte ou trinta anos atrás.

Questionou, porque é que se tem tendência a ser fracos com os fortes, e fortes com os fracos?

Disse que, às vezes, é por interesses próprios, por corrupção, outras vezes é por cobardia, quando não se quer afrontar quem é forte, ou, por um fenómeno psicológico, que é por fascínio, sentir-se fascinado por aquilo que tem poder, por aquilo que é forte, e depois, não se impõe devidamente, e também, porque é difícil ser forte com os fortes. É fácil ser forte com os fracos, mas, é difícil ser forte com os fortes.

Afirmou que, na política, no seu caso, o que lhe dava um certo gozo, é tentar ser forte com os fortes, e não forte com os fracos, isso não lhe dá gozo rigorosamente nenhum.

E hoje, quando se tem um poder político enfraquecido, relativamente áquilo que era há trinta anos ou quarenta anos atrás, falando num quadro democrático, nestes últimos cinquenta anos, ele foi enfraquecendo. E, quando um poder político é mais fraco, significa que, os poderes corporativos e os poderes setoriais são mais fortes, porque nunca há vazio de poder, há sempre alguém que exerce o poder. Quando o poder político não tem força para o exercer, entra em choque com o poder setorial, ou com o poder corporativo, sempre que tem que impor uma medida de interesse coletivo, quando é fraco não tem força, e prevalece aquilo que é o interesse setorial, ou, o interesse corporativo. Em bom dizer, prevalece aquilo que é tudo menos a democracia, em que, a democracia pressupõe que respeitemos os interesses individuais, setoriais e corporativos, mas é sempre imposto aquilo que vai no sentido do interesse coletivo, e não, no sentido do interesse corporativo.

Quando o interesse público não é devidamente defendido, e tem que se ceder perante aquilo que é um interesse setorial, a democracia está enfraquecida, e, isso acontece à medida que o poder político vai sendo mais fraco, vai estando desacreditado, e estando desacreditado, naturalmente tem menos qualidade, há menos convicções, está mais fraco, não tem rumo, ou, o rumo não é ditado pelas convicções, o rumo é ditado pela força do vento, o vento sopra e empurra o rumo que a política vai tomando.

Isso é algo que o desgosta, é algo em que não se revê, mas, é, atualmente um fenómeno que se vive na democracia, e naquilo que ele tem vindo a dar como uma crise na democracia, aquilo que se vive aqui, é precisamente isso. É um poder político que se tem mostrado muito fraco com os



Handwritten signature and a large letter 'A'.

fortes, e aqui, forte, está a falar daquela que é a maior empresa portuguesa, tem, pelo menos essa desculpa, de que, estão a ser fracos com aquela que é a maior empresa portuguesa, porque, tantas vezes são fracos mesmo com coisas muito menores.

Em terceiro lugar, diria que, o que o identifica também com esta guerra, não gosta que façam dele parvo. Acha que toda esta engenharia financeira que foi montada com a EDP, no sentido de não pagar os impostos, só não está a fazer quase onze milhões de portugueses parvos, porque a maioria não está dentro do assunto, e o assunto é um bocado complicado para perceberem bem aquilo que se está a passar. Mas, todos aqueles que percebem, pelo menos, metade de tudo aquilo que foi feito, já percebem que estão a fazer deles parvos incluindo-se a ele próprio. Porque, paga os seus impostos, e que aqui vê um poder político, e, em particular, uma Autoridade Tributária que, existe justamente para pôr os contribuintes a pagar os impostos que têm de pagar à luz da lei, fazem aqui exatamente o contrário, e aparentemente, constituem-se quase, tal como teve oportunidade de dizer na Assembleia da República, quando o Ministro do Ambiente, na altura, que se constituiu, apesar de ser engenheiro, como o principal advogado de defesa da EDP, no sentido da EDP não pagar os impostos que eram devidos. Isto arranjado com uma engenharia financeira, e, é essa engenharia financeira atirar areia para os olhos das pessoas, e nas pessoas também ele está incluído, como português, afirmando, mais uma vez, que é uma coisa que o irrita, não gosta, e, pensa que poucas pessoas gostam que as tomem por parvas, algumas pessoas não se importam, encolhem os ombros e paciência, mas ele, reage.

Portanto, um negócio que implica pagamento de impostos de Imposto de Selo, de IMT, de IRC, depois, pelas mais valias, que não deriva desse negócio, mas deriva pela existência das próprias barragens, algo que obriga ao pagamento destes impostos todos, e que é feita uma simulação no sentido de nos enganar, para nada ser pago, foi criada uma empresa num dia, no dia seguinte passa-se para essa empresa os direitos de exploração dessas seis barragens, ainda nesse mesmo dia essa empresa é vendida, e um mês depois começa a ser desfeita, porque era uma empresa redundante, classificada por eles próprios. Se é redundante, está visto que não está a ser feita reestruturação empresarial, tendo em vista o futuro, e, portanto, a norma legal que permite que uma reestruturação, não paga esses impostos, e bem, porque muitas vezes é mesmo uma reestruturação do quadro, dentro de um grupo, e está bem, aqui não há reestruturação nenhuma, é apenas algo que é cogitado no sentido de fugir ao pagamento dos impostos.

Não é bonito da parte da EDP, mas, ainda podemos entender que quem o faz tenta não pagar os impostos, que são devidos, é quase humano tentar não pagar aquilo que é devido, a ver se cola.



SP
A

Aqui o que é mais grave é, quando o poder político, que é eleito por todos nós, para defender o interesse público, é ele próprio que é fraco com o forte, e aceita aquilo que verdadeiramente se percebe que não pode aceitar. Ou seja, tudo isto feito, com a própria cumplicidade do Estado, na exata medida em que a EDP, desde o princípio, que desenhou a operação e explicou como ela era, e está naturalmente à vista, e o Estado aceitou isso. Aliás, autorizou a venda a uma empresa que nem existia ainda, no momento em que o Estado autoriza a operação para essa empresa.

Quando assiste a uma coisa destas, e depois assiste a uma reação e começaram todos a apontar o dedo à operação, e andam há quatro anos nisto, e efetivamente, para ele, isto é um sintoma de que a nossa sociedade está doente.

Quando uma Autoridade Tributária, mais até do que o próprio Governo politicamente eleito, é absolutamente implacável a cobrar os impostos às pessoas e aqui se apresenta nalguns momentos do dossier quase como advogado deste verdadeiro perdão fiscal, que é o que se pode chamar a isto, alguma coisa não está bem.

Declarou que, já comprou alguns imóveis, pagou sempre o IMT, pagou sempre o Imposto de Selo, e paga sempre o IML. Poderão dizer que as Finanças avaliaram melhor ou pior o IML que ele paga, acontecendo assim com todos os cidadãos e agora, quando se assiste a uma situação destas, pode dizer-se que, esta é uma sociedade doente, e acima de tudo, é uma sociedade doente, que está a normalizar a hipocrisia.

Transmitiu algo, fruto da sua experiência de vida, dizendo que, estava quase a fazer dezassete anos quando se deu o "25 de Abril", andava no fim do ensino secundário e já tinha alguma atividade política. Confessando que, aquilo que o levou para a atividade política, ainda antes do "25 de Abril", era justamente a hipocrisia que existia na sociedade, e aqueles que são da sua geração têm oportunidade de se lembrarem do que era o discurso político antes do "25 de Abril", e que, era marcado por uma profunda hipocrisia. Em que se estava sempre a dizer uma coisa, e estavam permanentemente a ver que não coincidia com a realidade, havia o discurso oficial, e o discurso oficial era de uma hipocrisia enorme.

Hoje afirma que, na nossa sociedade cada vez assiste mais a discursos hipócritas, feitos particularmente do lado do poder político, que todos estão a ver que não coincidem com realidade. Para ele, que viveu o que viveu em 1972/73, isto é um sintoma de crise grave no regime e na sociedade em que nós vivemos.

Para concluir, disse que há uma quarta questão que a ele também particularmente o toca, na sua maneira de ser, que é a questão da impunidade.



Já não tem a ver, agora, com as câmaras receberem ou não receberem o valor a que têm direito, mas para lá disso, ainda que venham a receber em breve uma parte desses impostos, designadamente, no que toca ao IMI, há uma coisa que acha que não podia nunca deixar de acontecer, que é o apuramento das responsabilidades pelas quais houve gente que fez o que podia e o que não podia, o possível e o impossível, para defender a EDP, quando essas pessoas não são os advogados de defesa da EDP.

Quando se está do lado da defesa do interesse público e não se faz isso, antes pelo contrário, isto, num país civilizado exige um apuramento de responsabilidades. Pode-se chegar ao fim do processo e dizer que foi tudo escrutinado e verdadeiramente não há aqui grande responsabilidade, tem uma grande lógica e foi tudo muito bem feito, não acredita, mas, até se podia chegar a essa conclusão. No entanto, tem que ser devidamente averiguado, e devidamente esclarecido para que isto não se repita, neste caso, mas também para que sirva de exemplo em muitos outros casos, análogos ou não análogos, mas para muitos outros casos nesta sociedade em que tal acontece, ou seja, o fenómeno da impunidade.

Não consegue entender, e como português e como contribuinte gostava que viesse a ficar tudo devidamente esclarecido, qual foi o papel, por um lado do poder político, é certo, mas, por outro lado o papel que a Autoridade Tributária tem ao longo deste processo em que diz que sim, diz que não, diz talvez, anda para trás, anda para a frente, uma confusão geral. Tal como, não entende como é que uma Autoridade Tributária não obedece hierarquicamente a um despacho de um Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais quando ele vai nesse sentido, e já obedece quando o sentido foi completamente diferente. Aqui temos contradições, temos incoerências, temos desigualdade no tratamento, temos desobediência hierárquica, e temos ainda uma outra coisa que, para quem cá anda há já uns anos na vida percebe que, temos uma AT que move um processo disciplinar pidesco a um dos seus funcionários. Se pararmos para pensar com calma, todos temos uma formação técnica. Então, nós não podemos pôr ao serviço da nossa comunidade esse nosso conhecimento? Claro que podemos, mal fora. Só num regime não democrático é que isso não é permitido.

Então uma pessoa tem conhecimentos, neste caso, sobre direito fiscal, põe esses conhecimentos ao serviço da comunidade, nem sequer é para ganhar dinheiro e a resposta é um processo de averiguações para abrir um processo disciplinar. Isto é de alguém que não está confortável! Então se estiver confortável, e se tudo estiver bem, faz esse ato intimidatório porquê? Não sabe, numa investigação no Ministério Público em que pode valorizar isto, mas, à luz da lei pode não valorizar.



UP
A

Mas ele, assim como todos os demais enquanto observadores do comportamento humano, percebem que isto é uma daquelas coisas, que um ser inteligente que está com o rabo trilhado, salvo a expressão, não faz, porque não está à vontade.

E, se o processo não tem vindo a público, se não tem sido agitado não sabe onde isto iria acabar, acabando numa gaveta, mas, porque começou a marcar inclusive negativamente do ponto de vista político, as chefias políticas da Autoridade Tributária, mandaram seguramente, em sua opinião, acabar, e bem, com aquilo.

A ele, tudo isto lhe gera suspeitas, na sua maneira de ver, na sua avaliação tudo isto gera suspeitas, e ele que está habituado a ver um Ministério Público a investigar tudo e mais alguma coisa, designadamente se forem processos para cinquenta euros, ou setenta euros, ou cem euros, vai vendo, volta e meia, lembra-se quando levou a julgamento e recurso a Tribunal da Relação uma questão em que podia estar em causa um recebimento de sessenta e nove euros de ajudas de custas na Assembleia da República de um deputado, que naquela altura não era, mas foi na altura deputado pelo Distrito de Bragança, gostava de ver empenho em coisas que não sejam de sessenta e nove euros, mas seja um negócio de dois virgula dois mil milhões de euros.

E, portanto, aquilo que tem ouvido publicamente criticar muitas vezes, quer por muitas coisas que o Ministério Público faz, e acima de tudo, como faz, e não são só eles, é uma franja muito grande da sociedade que faz isso, e tem a certeza absoluta que se houvesse em Portugal um escrutínio independente daquilo que é a atuação do Ministério Público, não tinha esse escrutínio que ser feito à posteriori, sobre aquilo que foi feito, e como foi feito, e muito também a fazer sobre aquilo que não é feito, que há só o que não devia ser feito e não é feito.

Espera que, apesar de demorar muito, neste caso concreto, que o Ministério Público, no que lê nas notícias, está a investigar, venha a dar-nos publicamente as conclusões dessa investigação, e se nessa investigação se vier a verificar aquilo que, tenha a ver com o que ele livremente acha possa justificar algumas suspeitas, que as coisas não fiquem nessa impunidade.

Portanto, para terminar, disse que, há mais, mas isto são causas que o têm movido, e esta causa das barragens junta em si só, tudo isto que aqui disse, e, portanto, acha que este município, assim como os outros municípios em iguais circunstâncias, que nunca devem desistir, devem fazer como fizeram até agora, em nome do interesse daqui da região, mas particularmente, em termos de interesse nacional, porque é do interesse nacional que coisas destas não aconteçam.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as palavras proferidas pelo Dr. Rui Rio, e prosseguiu, abrindo inscrições para que os membros deste órgão deliberativo se pronunciassem



a respeito desta temática, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Santos, e Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama.

O **Deputado António Santos**, dirigiu algumas palavras de agradecimento ao Dr. Rui Rio, e insistiu em fazer das palavras por ele ditas as palavras dos membros desta assembleia. Afirmou que toda esta situação transcende muito o negócio da venda das barragens, tal como tinha acabado de dizer, trata-se de uma questão quase civilizacional, de saúde do nosso sistema democrático. O nosso sistema precisa que estas situações sejam resolvidas e que não fiquem aqui estes escolhos, porque queremos criar um futuro para os nossos e estas situações não podem acontecer. Estamos aqui a lidar com coisas muito importantes, que ultrapassam muito a questão do IMI e a questão do Imposto de Selo. É uma questão de justiça, é uma questão de transparência, é uma questão de equidade.

O **Deputado Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama**, também agradeceu a presença do Dr. Rui Rio por ter vindo aqui defender os interesses da Terra de Miranda, e, lembrar um bocadinho que, se calhar Miranda era importante quando tínhamos que morrer aqui na fronteira para lutar, depois vieram cá e resolveram que aqui era muito bonito, a água corria bem e produzia muita eletricidade e montaram aqui uma barragem. Durante alguns tempos até nos compensaram, e depois, compensaram-se a eles próprios.

Faziam umas escolitas, pintavam outras, faziam uma estrada, esteve aberto um hospital com todas as valências, mais tarde começaram-se a esquecer. Era uma empresa, passou a ser outra, depois a outra passou a ter outros donos, já não tinham que ser responsabilizados. Depois deixamos de ter tanta força, a única coisa que nos resta é que, ainda olhamos para os mapas novos e antigos, e ainda está escrito a letra maiúscula Miranda do Douro na fronteira, mas qualquer dia, com jeitinho ainda limpam o nome.

Mais uma vez agradeceu, ele não é desse campo, mas a luta continua, e tem que se seguir em frente, e os mirandeses sempre foram pessoas muito resilientes, por vezes, se calhar caladas demais, e nesta altura conseguiu-se arranjar um grupo de pessoas que conseguem fazer-se ouvir, e não desistir, que é muito importante.

Referindo-se às palavras ditas pelo Dr. Rui Rio acerca da guerra colonial, disse que, muitas pessoas daqui foram para as Operações Especiais, porque eram do campo, tinham muita força, e eram valentes, e acha que devemos ter proua nisso e que se deve continuar a lutar, nos locais em que estamos, no seu caso, como está fora de Miranda, tenta sempre passar a palavra, às vezes não muito publicamente, mas com pessoas que têm alguma influência, tentar explicar e as



Handwritten signature and a large letter 'A'.

peçoas perceberem, havendo quem afirme que não vamos receber nada, e encolhendo os ombros. Não se consegue convencer os onze milhões de habitantes, mas vão convencendo os que conseguem, e continuar na luta, porque não podem esquecer, Miranda precisa, o interior precisa desse dinheiro para o seu desenvolvimento, e é todo merecido.

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que tínhamos entre nós um ilustre Mirandês, que também compareceu a esta reunião, e se prontificou a ser advogado da Câmara pro bono, ao qual apresentou os seus melhores cumprimentos e agradeceu a respetiva presença, e, estando aqui presente, pediu-lhe que fizesse um ponto da situação do processo em questão.

O **Dr. António Preto**, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal por tê-lo convidado a estar presente nesta reunião.

Começou por dizer que ia dividir a questão por duas áreas, começando pelas barragens que segundo ele tem natureza penal e tem natureza criminal. E que fez com que houvesse um levantamento em Miranda e que trouxe o Movimento Cultural das Terras de Miranda.

Referiu que, é justo lembrar aqui o nome do José Maria Pires, que de alguma maneira foi o ideólogo que fez esse envolvimento e essa justiça, indo a trás deles, tal como mencionado pelo Dr. Rui Rio anteriormente.

Elucidou que, tinham tido a colaboração do Dr. Rui Rio nesse processo, enquanto líder do PSD na Assembleia da República que deu voz à causa nesse âmbito, tendo inclusivamente tido o apoio de vários estratos políticos e criar um amplo consenso à volta do assunto, afirmando que, neste contexto a nível político veio ajudar também no processo judicial.

Mencionou que a Câmara Municipal de Miranda do Douro, nessa altura, em articulação com o Grupo Parlamentar do PSD, apresentou uma queixa crime na Procuradoria Geral da República, sendo ele advogado nesse processo crime, em representação da Câmara de Miranda do Douro, da de Mogadouro, da de Carrazeda de Ansiães, e da de Torre de Moncorvo, que tem a ver com todas as barragens.

Elucidou que, esta fase do processo está a terminar, que é o inquérito criminal, desse processo poderá resultar ou o arquivamento do processo, ou a acusação da EDP por simulação de negócio. Comentou que, tudo indicia que a EDP terá aqui um resultado negativo, e presume que dentro de dois ou três meses sairá o resultado final no inquérito crime, que é só uma das fases do processo crime, porque depois há as instruções, há os julgamentos, e depois há aquelas estratégias de



engordar esses processos crime que vão arrastando ao longo do tempo, mas esta primeira fase está quase a terminar.

Afirmou que, isso se deve à determinação com que têm estado e com o afincio de se terem constituído assistentes, sendo a primeira coisa que fizeram, dizer que, não queriam que isso se passasse nas suas costas e pediram diligências a requerer informações. Mencionou que, a determinada altura, tendo a ver com a forma que a AT está nisto, era para apurar uma espécie de vantagem patrimonial que teira havido, ou seja, os impostos que não foram pagos, sendo que, a Autoridade Tributária estava a dizer ao Ministério Público que tinha que pedir uma determinada informação, e essa informação estava nos autos, e, portanto, o município veio dizer que a informação pretendida estava nos autos, isto para dizer que esta colaboração é importante.

Disse que, também depende da determinação, e que às vezes o facto de ser incrédulos, e dizer que determinada coisa não é possível, referindo que há vinte anos que existe o Código do IMI, e que as barragens não paguem IMI, e nem aqui em Miranda acreditam que é possível pagar o IMI. Declarou que a boa nova é que estão a surgir resultados.

Referiu que, nisto não estão apenas a liderar em Miranda do Douro, estão a liderar no país e nos concelhos do interior. Porque o IMI de Miranda está a ser replicado em cento e trinta e cinco concelhos, para saberem o impacto que as ações deles estão a ter.

Relativamente ao IMI, disse que começou com um requerimento da Câmara Municipal de Miranda do Douro, feito por ele mesmo em colaboração com o José Maria Pires e que levaram ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e que lhe mostraram que ao abrigo da atual lei era possível cobrar o IMI, sendo que, o Secretário de Estado entendeu e percebeu, e deu um primeiro despacho no sentido de cobrar o IMI. E a Diretora Geral da Autoridade Tributária que em 2017 disse que o IMI não era devido, questionou-se acerca de como é que iria agora cobrar o IMI, criando resistências ao próprio processo. Aconteceu que o Secretário de Estado, porque estavam atentos e a acompanhar ao minuto aquilo que estava a acontecer na AT, tendo nessa altura alertado novamente o Secretário de Estado para o que estava a acontecer, tendo o Secretário de Estado dado um novo despacho e há um processo de inscrição das barragens na matriz, e uma primeira avaliação, mas a avaliação era cocha porque não incluía as turbinas, nem as comportas. Expôs que, isso tinha um impacto tremendo, na primeira avaliação no conjunto das duas barragens valiam cento e dez milhões de euros. Depois da luta que fizeram, atualmente as duas barragens valem duzentos e quarenta e sete milhões de euros, afirmando que nessa luta teve um papel muito importante a Câmara Municipal de Miranda do Douro, o Vereador Vítor Bernardo esteve com ele,



em conjunto com a Associação Nacional de Municípios em quatro reuniões muito longas, muito exigentes e muito duras com a Autoridade Tributária, em que esteve também presente o Secretário de Estado, e conseguiram que o Secretário de Estado fizesse um despacho a dizer que barragem sem compostas, nem turbinas, não é barragem, e foi feita uma nova avaliação.

Transmitiu que a partir dessa data correram contra o tempo, porque se deixassem passar a data de 31 de dezembro do presente ano, que é a data em que se constitui essa obrigação tributária de IMI, seria perdido o ano de 2020, o que correspondia a perder setecentos e cinquenta mil euros. E foi por isso que, a determinada altura, depois de ter sido feita a avaliação a 28 de agosto, que a MOVHERA não se conformou e foi feita uma segunda avaliação, fizeram um ofício dirigido à diretora geral da Autoridade Tributária dizendo que se deixasse passar aquilo até dia 31 de dezembro, iriam pedir à diretora geral os tais setecentos e cinquenta mil euros que ela queria, eventualmente, perdoar à MOVHERA.

Referiu que, foi feita a liquidação há dois ou três dias e essa liquidação de imposto significa três milhões de euros, e à boleia disto, também tem Mogadouro, cerca de dois milhões e meio de euros, tem Torre de Moncorvo, três milhões de euros, e também tem Carrazeda de Ansiães, três milhões de euros. E em muitas das outras autarquias em todo o país está a acontecer isso, à boleia da luta e da determinação da Câmara Municipal de Miranda do Douro, e inicialmente o Movimento Cultural das Terras de Miranda.

Comentou que, têm estado a fazer algo com um alcance tremendo, que é, onde é produzida a riqueza é lá que deve estar. Não pretendem receber esmolas, querem apenas que partilhem a riqueza que tiram daqui.

Referiu que a cobrança do IMI significa um princípio importantíssimo, que é, que um concelho que o quinto concelho mais rico do país, do ponto de vista daquilo que é a criação de riqueza e a produção que é o Concelho de Miranda do Douro, quando chega a distribuição está lá para o fim. Explicou que com todas as iniciativas tomadas conseguiu-se esta cobrança de IMI e um IMI justo, afirmando que isso é um sentido de justiça.

Disse que em conversa informal foi feita alusão a que devia ser feita uma nova luta no âmbito das emissões de carbono e das alterações climáticas, são aqueles que melhor tratam o ambiente em geral, porque aqui é produzido pouco "lixo" ambiental e têm que ter um benefício, porque há taxas de carbono muito elevadas por aí.

Comentou que, estes territórios do interior, do ponto de vista das alterações climáticas são aqueles que melhor tratam o ambiente, no geral, porque são aqueles que menos carbono produzem, e têm



que ter um benefício. Isto para dizer que, nós não somos um concelho pobre, e que não nos estão a fazer um favor, e que com base nisto da taxa de carbono e noutros, pode haver uma oportunidade para os concelhos de interior. E que, tudo o que está a acontecer em Miranda do Douro, está a acontecer neste país, acha que é extraordinário o que estão a conseguir e com a colaboração da Câmara Municipal de Miranda do Douro, que pretende deixar este registo que aqui pretende valorizar, terminando deste modo a sua intervenção.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia prestar mais alguma declaração neste âmbito, tendo solicitado o uso da palavra o Vereador Carlos Ferreira.

O **Vereador Carlos Ferreira** cumprimentou a todos os que se encontravam presentes e prosseguiu recitando um poema da autoria de Manuel Alegre, escrito em 1963, intitulado "Trova do Vento que Passa", que contém duas estrofes que versam o seguinte: *"Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não,"*. A propósito disto, comentou que este *"alguém"* é um pronome indefinido, e como tal, ninguém sabe quem é. Hoje, esse pronome indefinido tem nome e tem rosto, e chama-se Rui Rio. E, é muito importante que haja sempre alguém que resista, haja sempre alguém que diz não, e que dê a cara, que não seja um alguém desconhecido, e que venha dizê-lo nos locais onde a democracia é exercida, e, pelo facto, agradeceu ao Dr. Rui Rio pela sua atitude e pela sua ação neste âmbito.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido facultada.

Cumprimentou a todos quantos se encontravam na reunião, e continuou a sua intervenção apresentando agradecimento público em nome do Executivo Municipal, ao Dr. Rui Rio, ao Dr. António Preto, à Dr.ª Mariana Mortágua, e ao Dr. Nuno Félix, pelo trabalho e pela colaboração que têm dedicado a este Município.

Afirmou que, também não se deve esquecer nunca, a dedicação que o Movimento Cultural de Terras de Miranda tem tido perante esta questão, porque, em 2020, quando esta luta começou foi este Movimento Cultural que teve o papel principal no desenvolvimento deste processo, quando denunciou publicamente o que se estava a passar, referindo que na altura já integrava o órgão Executivo Municipal enquanto Vereador da oposição.

Referiu que, sem a atuação do movimento cultural certamente que hoje não estariam a discutir aqui este assunto, com certeza este assunto teria sido arquivado e esquecido.

Mencionou que, entretanto, nas últimas eleições autárquicas o Partido Social Democrata ganhou as eleições e passou a ser o Executivo Municipal. Quando o atual Executivo Municipal chegou à Câmara Municipal, em finais de 2021, decidiu pegar nesta luta, e teve a felicidade de ter tido o



apoio do Dr. Rui Rio na Assembleia da República, tal como, o apoio da Dr.^a Mariana Mortágua, e o Dr. António Preto, cujo apoio foi fulcral para que este município tenha conseguido alcançar o que alcançou no que respeita a esta matéria.

Também agradeceu ao Presidente desta Assembleia, pela abertura que manifestou sempre relativamente a esta problemática, e que tem ajudado a chegar a bom porto.

Mencionou que tem sido um percurso difícil, que não é resolúvel de um dia para o outro, tem demorado o seu tempo, mas que, com resiliência e uma luta persistente conseguirão ganhar todas as contendidas. Referiu que a cobrança dos impostos será feita declarando que, o que os move, é defender os interesses desta terra. Mais uma vez, agradeceu a todos os que ajudaram nesta difícil tarefa, para que esta luta seja ganha por este município.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou mais uma vez se alguém pretendia manifestar-se quanto a esta questão, não se tendo manifestado nenhum dos presentes, e prosseguindo com os trabalhos, passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu continuidade aos trabalhos, referindo que o Deputado Pedro Ferreira pretendia apresentar uma moção conjunta, alusiva ao negócio de venda das barragens e a todo o processo que envolve esta temática, passando o referido deputado a ler o conteúdo da mencionada moção, cujo conteúdo para constar na presente ata passa a ser transcrito.

Moção

"No dia 20 de dezembro de 2024 passaram 4 anos sobre o negócio em que a EDP Produção de Energia SA vendeu por 2200 milhões de euros 6 barragens no rio Douro à MOVHERA Hidroelétricas do Douro SA.

A venda por 2200 milhões de euros, feita a coberto de fórmulas de planeamento fiscal agressivo, sem o pagamento de IRC, do Imposto do Selo e do Imposto Municipal de Transações, lesou os contribuintes portugueses em mais de 400 milhões de euros.

O negócio ruinoso para os contribuintes e para o prestígio das instituições só foi possível porque o ministro Matos Fernandes e a agência portuguesa do ambiente o autorizaram, apesar de previamente alertados pelo Movimento Cultural das Terras de Miranda (MTM).

Mais grave, o negócio também só se concretizou porque, na véspera, foi feita uma alteração cirúrgica ao artigo 60 do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Uma lei à medida dos poderes instalados fabricada nas costas e com prejuízo dos contribuintes.



Todos estes factos são do conhecimento público e foram a seu tempo denunciados pelo Município de Miranda do Douro, quer ao Ministério Público, quer à Autoridade Tributária.

Decorridos quatro anos, perguntamo-nos:

- *Como é possível que a inspeção tributária realizada ao negócio da venda das barragens continue em banho-maria?*

- *A quem interessa que a inspeção tributária se tenha tornado numa espécie de obras de Santa Engrácia, sem fim à vista, e com os responsáveis pelo embuste impunes?*

O Município de Miranda do Douro permanece firme, atento e determinado a obter a cobrança dos impostos pela venda das barragens, até porque mais de 200 milhões de euros são receita dos municípios.

Desengane-se quem pensa que vamos deixar cair no esquecimento um negócio feito à custa dos impostos que nos são devidos. Estamos determinados a lutar até conseguirmos que se faça justiça a todos os cidadãos que vivem nos nossos concelhos.

Terminamos com um apelo ao sentido de responsabilidade social da Movhera Hidroelétricas do Norte SA.

Pagar o IMI é a obrigação mínima de quem explora as nossas riquezas naturais.

Pretender explorar os nossos recursos naturais sem pagar qualquer contrapartida é um ato de arrogância e sobrançeria inaceitável, que não toleraremos.

Esperamos que a Movhera saiba dar um sinal de apreço pela nossa Terra e que pague voluntariamente o IMI que foi liquidado. Se optar por impugnar judicialmente a avaliação das barragens e a liquidação do imposto, tomaremos isso como uma afronta.

Reflitam e cooperem connosco no desenvolvimento do nosso território.

Nós vamos conseguir. Só vamos parar quando a EDP e a MOVHERA pagarem os 200 milhões de euros devidos."

O **Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se aos membros desta Assembleia Municipal perguntou se concordavam com a moção apresentada, tendo sido posta a votação, a moção acima transcrita, a qual foi aprovada por unanimidade dos membros aqui presentes.

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que o Órgão Executivo Municipal propôs a inserção de mais dois assuntos na ordem do dia, nomeadamente:

- **Votação da minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no**



âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

E,

- **Votação da proposta - Código de Ética e de Conduta – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro;**

Em seguida, questionou os membros desta assembleia se viam algum inconveniente na inserção destes assuntos na ordem de trabalho, sendo que, todos os membros consentiram que estes assuntos fossem integrados na ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.

O Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito Jorge Jacoto Lourenço, António Manuel Marques Santos, Emanuel Pinto Bernardo, Tiago Filipe Fernandes Martins, Francisco José Carvalho Parreira.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço Jacoto, apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes, desejando a todos um Santo e Feliz Natal com paz e saúde para todos e para as respetivas famílias.

Mencionou que este é um período em que a família se reúne e assim sendo, propôs que fosse apresentado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Orlando Vaqueiro, que foi Presidente de Junta e membro desta Assembleia, e desejar à família enlutada, neste período em particular, alento.

Felicitou o município pelas festas natalícias, pelos adornos colocados em toda a cidade, pela iluminação natalícia, dizendo que a cidade está magnífica e bastante atrativa, sublinhou e reafirmou votos de felicidades, um Bom Natal e um Bom Ano 2025 para todos.

O **Deputado António Santos** cumprimentou a todos e continuou dizendo que os membros que representam o Partido Socialista nesta Assembleia apoiam a nota de pesar pelo falecimento de Orlando Vaqueiro, afirmando que foi uma pessoa muito válida e que deixa saudades.

Quanto à data de agendamento desta reunião, referiu que se trata de uma data em que a família se reúne e que por isso várias pessoas estão a faltar à reunião, apelando para que, se possível, se deveria marcar a reunião de dezembro noutra data. Algumas pessoas saem outras voltam para junto das famílias e isto deveria ser tido na marcação da data das Assembleias.

Relativamente à iluminação natalícia, também ele elogiou a decoração e a iluminação que foi colocada este ano, referindo que já no ano passado tinha havido alguma preocupação abrangente



na cidade, tendo este ano melhorado a este nível, tendo sido feita uma intervenção mais aprofundada.

Considera que seria importante esclarecer o que foi gastou nesta intervenção, para evitar o que às vezes se diz, assim como seria importante ponderar acerca dos custos e das vantagens daí advindas.

Em relação à pista de gelo e das atividades que ali decorrem, tem algumas dúvidas em relação à localização e ao retorno que eventualmente isso possa trazer. Porque lhe parece que as atividades feitas no Largo do Castelo têm muito pouca visibilidade para quem nos visita, e por isso não são muito frequentadas.

Também considera que devia ser feita mais divulgação prévia quanto ao que foi feito.

Tem conhecimento que foram feitos alguns placares, outdoors, mas parece-lhe que deviam ser estudados pontos estratégicos onde isso fosse feito, para sensibilizar antes para poder haver mais retorno relativamente a esse investimento.

Deixou um voto de regozijo pela aprovação dos quinhentos mil euros na Assembleia da República para a defesa do Mirandês, uma proposta feita pelo Bloco de Esquerda, que lhe parece muito importante e que seria importante que de facto esse dinheiro fosse utilizado.

Referiu que, seria importante que fosse aproveitado esse meio milhão de euros para desenvolver estruturas que possam eventualmente contribuir para a defesa e promoção da Língua Mirandesa. Registou com alguma surpresa o voto contra do PSD e do CDS na Assembleia da República contra este orçamento de Estado.

Mencionou que seria importante haver unanimidade, e aqui nesta assembleia sempre o procuraram, por exemplo na questão das barragens, que sempre foi feito um esforço de aproximação, mesmo quando o PS era poder, relativamente ao apoio do Movimento Cultural das Terras de Miranda, e nunca houve da parte do Partido Socialista qualquer orientação contrária ou de crítica a esse movimento ou de considerar que a causa não fosse justa, que em sua opinião o é, tal como já tinha sido dito.

Também relativamente à luta pelo Mirandês, deveria haver uma unanimidade muito grande, porque se começa a haver questões, interesses partidários a interferirem no processo, teme muito pelo sucesso dos resultados que venham a ser alcançados.

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou a todos, aproveitando para desejar um Santo e Feliz Natal a todos, e Boas entradas no próximo ano.



Dirigindo-se ao Executivo Municipal pediu esclarecimento relativamente ao motivo pelo qual as casas de banho publicas junto ao novo estacionamento junto à Sé, ainda não foram abertas ao publico.

Fazendo referência às palavras do Deputado António Santos, no que respeita à verba cabimentada no orçamento de Estado para dotação a Língua Mirandesa, quinhentos mil euros, considera que esta assembleia deve dar o in force necessário à câmara municipal para fiscalizar, e ter essa força de todos para que, independentemente daquilo que possa acontecer, esse valor seja utilizado, lamentando que às vezes no computo da politica se verifique haver dificuldade em defender o que é nosso, sob o ponto de vista de comunidade e não sob o ponto de vista partidário. Subscreeveu a proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, quanto à dedicação de um voto de pesar ao Orlando Vaqueiro, e sobretudo uma pessoa bastante integra que partiu e deixou este concelho um bocadinho mais pobre.

Para terminar reforçou o seu voto de Bom Natal a todos e de Boas Festas.

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro**, Tiago Martins, cumprimentou todos os presentes, fazendo votos de Feliz Natal, e de Bom Ano Novo a todos os participantes nesta reunião.

Prosseguiu agradecendo ao Executivo Municipal pela disponibilização do picheleiro e do eletricista da Câmara Municipal para Constantim, assim como, pela celeridade com que a situação se desenrolou.

Deixou dois alertas, em relação às fossas céticas, as ditas ETAR's, para que sejam verificadas para que não surjam situações desagradáveis, como a que está a acontecer em Constantim neste momento. Alertou também para que verifiquem o estado das ruas em Constantim e em Cicouro por forma a solucionar essas situações.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda**, Francisco Parreira, fez uso da palavra para dar um esclarecimento a respeito da votação na Assembleia da República relativamente à atribuição dos quinhentos mil euros para a Língua Mirandesa.

Expôs a esse respeito que a concelhia do PSD de Miranda do Douro nunca se afastou do apoio à Língua Mirandesa, e que esteve sempre contra a votação verificada na Assembleia da República quanto a esta questão. Inclusivamente foi solicitado pelo Presidente da Concelhia do PSD e por parte de um dos membros que integram esta assembleia um pedido de esclarecimento relativamente a essa tomada de posição, porque aqui não concordaram com aquilo que tinha



Handwritten signature and the letter 'A'.

acontecido na Assembleia da República. Disponibilizando-se a ceder a resposta obtida decorrente desse pedido de esclarecimento.

Explicou que, a proposta foi submetida pelo Bloco de Esquerda, a mesma já tinha sido submetida em anos anteriores e o efeito obtido não foi o desejado, e teria sido por esse motivo que o PSD votou contra, no entanto, pretendem fazer algo pela Língua Mirandesa, tal e como pretendem fazer, não se abstiveram de fazê-lo por reconhecerem a importância que a Língua Mirandesa tem, não só para este concelho, mas também para o país.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões levantadas pela ordem que foram surgindo, iniciando pelo voto de pesar proposto pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, dizendo que o Executivo Municipal se revê no voto de pesar apresentado, e congratula esta assembleia pela postura assumida perante esta situação, porque a pessoa a quem o voto vai ser atribuído foi inclusivamente membro desta assembleia.

Quanto à questão colocada acerca do montante investido na iluminação natalícia, respondeu que O investimento feito foi do valor de setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta euros ao que acresce IVA.

Quanto à Terra Natal, e à pista de gelo, o valor investido foi de cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa euros), ao que acresce IVA. Mencionou que a notícia que foi publicada relativamente a respeito do valor investido nestes eventos inclui tudo isto e não apenas a iluminação natalícia.

Quanto à localização da pista de gelo e ao retorno obtido com a mesma, respondeu que, têm noção de que este investimento traz muito retorno, e também têm noção que traz muita gente. Referiu que, efetivamente duzentos e cinquenta mil euros investidos nesses eventos é muito dinheiro, mas quando se investe dinheiro para as crianças e para os jovens considera que esse valor ainda é pouco. Comentou que aqui neste concelho as pessoas se queixam por virem poucos visitantes, afirmando que sem investimento não há como atrair pessoas.

Relativamente à publicitação dos eventos, disse que eventualmente a falha estará especificamente na divulgação dos eventos ao público, mas estão a tentar melhorar esse aspeto. No que se refere à votação da cabimentação de quinhentos mil euros para a Língua Mirandesa, declarou que foi como quem leva com um balde de água fria sem estar a contar.

Expôs que, posteriormente tinha conversado, a esse respeito, com os deputados na Assembleia da República eleitos pelo Distrito de Bragança e seguiram a disciplina de voto, e como tinha sido uma proposta do Bloco de Esquerda, e votaram contra também por ter cabal orçamental, porque



SP
A

já antes tinha sido cabimentada uma quantia de duzentos mil euros com o mesmo objetivo e acabou por não ser utilizada essa verba, e se não é gasta não vale a pena ser cabimentada.

Acabaram por se comprometer fazer muito mais pela Língua Mirandesa, comprometendo-se a apoiar todas as candidaturas que venham a ser apresentadas no âmbito da Língua Mirandesa.

Referiu ainda, a este respeito, que mesmo assim o executivo municipal não ficou satisfeito, tendo sido aprovada em reunião do órgão executivo uma moção manifestando o descontentamento daquele órgão autárquico em relação ao sentido do voto do PSD na Assembleia da República quanto a esta matéria.

Transmitiu que os membros que integram o Executivo Municipal, enquanto Mirandeses defenderão a Língua Mirandesa, tal como defende a questão das barragens, como qualquer outra questão que seja do interesse deste concelho.

No que respeita à abertura das casas de banho publicas, esclareceu que ainda não estão abertas devido aos atos de vandalismo que se verificaram nas casas de banho publicas na zona contigua ao Largo do Castelo, que foram alvo de vandalização por diversas vezes. No entanto, entretanto, foram dadas ordens para que ficassem disponíveis as casas de banho públicas que ainda se encontravam fechadas.

Relativamente aos pedidos efetuados pelas Juntas de Freguesia, independentemente da ideologia politica, disse que são todos atendidos a não ser que seja completamente impossível satisfazer os pedidos, afirmando que o executivo municipal está sempre disponível para as Juntas de Freguesia.

Quanto às ETAR's, disse que a Câmara Municipal adquiriu um camião limpa-fossas, e que foram limpas todas as fossas, inclusivamente a área interna do recinto das ETAR's, foram cortadas as silvas e a erva nessas áreas. Informou que a Câmara Municipal está a preparar uma candidatura para mudar no próximo ano oito ETAR's.

O **Vereador Vítor Bernardo** fez uso da palavra para explicar que aproximadamente há duas semanas ele e a Presidente da Câmara estiveram reunidos com a Secretária de Estado da Cultura, na presença do Presidente do Instituto Público do Património.

Relativamente à criação do grupo de trabalho a criar no âmbito da Língua Mirandesa, referiu que já fez a parte que lhe competia, e bem, sendo que, está a ser elaborada uma proposta para apresentar à Presidência do Conselho de Ministros, da estrutura de missão. Sendo o Conselho de Ministro que a cria, que lhe dá o hiato temporal que vai durar, e que nomeia os membros que a vão integrar, e se vão ser remunerados ou não.



Tem conhecimento de que está no Instituto Camões, e é a partir deste instituto, que é do Ministério dos Negócios Estrangeiros, irá ser remetida brevemente informação técnica para o Conselho de Ministros. No que concerne à Unidade Territorial Patrimonial, referiu que se trata de um órgão do Instituto do Património, que depende do Ministério da Cultura, cuja sede vai ser instalada em Miranda do Douro, vai ter funcionários públicos, e a sua função vai ser gerir a Catedral de Miranda do Douro, o monumento nacional Igreja Matriz de Freixo, o monumento nacional Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, o monumento de interesse público Basílica de Outeiro, o Castelo de Algosó, e, eventualmente, a Domus Municipalis de Bragança, basicamente, porque estes equipamentos neste momento não têm gestão, e são equipamentos visitáveis. Será o Município de Miranda do Douro a criar a logística para a sua instalação.

O Presidente da Assembleia Municipal depois de concluídas as intervenções do anterior ponto, pôs a votação o voto de pesar dedicado ao falecido antigo Presidente de Junta de Freguesia, e antigo Deputado desta Assembleia Municipal, o Dr. Orlando Vaqueiro, que faleceu recentemente, decidindo prestar-lhe uma última homenagem, cujo teor para constar na presente ata, passa a ser transcrito.

VOTO DE PESAR

"Orlando Seixas Vaqueiro, nascido a 6 de março de 1966, licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, antigo Presidente de Junta de Freguesia de Ifanes, e integrou a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, enquanto membro eleito pelo Partido Socialista.

Foi no dia 16 de março de 2024 que foi declarado o falecimento deste ilustre Mirandês, que no decorrer da sua vida, desempenhou distintas funções cívicas e políticas, sendo o seu principal objetivo, prestar o seu indiscutível contributo na prossecução dos interesses públicos deste território e das suas gentes.

Enquanto jurista, estagiário, exerceu funções no Gabinete Jurídico do Ex-Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Bragança.

Foi Coordenador do Núcleo de Averiguações de Ilícitos Criminais, do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança.

Também desempenhou funções como diretor de Núcleo de Enquadramento Vinculação e Registo de Remunerações no Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

Foi adjunto do/a Diretor/a do Centro Distrital de Bragança do Instituto da Segurança Social, I.P.

Nomeado diretor de segurança social do Centro Distrital de Bragança do Instituto da Segurança Social, I.P., em regime de substituição, tendo sido designado para exercer o cargo de Diretor de



SP
A

Segurança Social do Centro Distrital de Bragança do Instituto da Segurança Social, I.P., em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, a dezasseis de setembro de 2020.

A par destas atividades, foi um elemento ativo e colaborador do movimento associativo.

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida em sessão ordinária datada de 23 de dezembro de 2024, deliberou por unanimidade aprovar um Voto de Pesar ao saudoso Mirandês, Orlando Seixas Vaqueiro, pelo seu falecimento, tendo sido dedicado um minuto de silêncio em sua memória."

Posto a votação o voto de pesar supratranscrito, foi aprovado por unanimidade dos membros presentes nesta reunião.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu seguimento aos trabalhos passando a abordar o ponto seguinte.

3. Aprovação das atas das reuniões realizadas a 25 de abril e a 26 de setembro de 2024.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, atendendo a que não tinha conseguido proceder à leitura das atas trazidas a votação, em tempo útil, propôs que as referidas atas fossem aprovadas na próxima reunião deste órgão deliberativo, tendo todos os membros presentes nesta reunião, concordado com o proposto.

4. Apreciação e votação da proposta - Abertura de procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Obras Municipais.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu inscrições para que os membros, que assim entendessem, intervissem, e não se verificando nenhuma inscrição passou a palavra ao executivo municipal para elucidar acerca do assunto mencionado em epígrafe.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, expos que o Executivo Municipal nomeou um chefe de divisão intermédio, e passados noventa dias sobre a sua nomeação tem que ser aberto concurso, sendo por esse motivo que este assunto foi remetido a esta assembleia municipal, para cumprir uma obrigação prevista em diploma legal.

Dado o esclarecimento pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, pôs este assunto a votação, tendo este órgão deliberativo composto por vinte e oito membros, dos quais, estiveram presentes nesta reunião vinte e um, os quais, aprovaram por unanimidade a abertura de procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Obras Municipais.

5. Apreciação e votação do Relatório do Orçamento 2025 e Mapa de Pessoal 2025.



O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia pronunciar-se acerca deste assunto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

Entretanto, passou a palavra ao executivo municipal na pessoa do seu Vice-Presidente da Câmara Municipal, para elucidar os membros deste órgão deliberativo acerca dos documentos em apreciação.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, fez uma síntese acerca do assunto supra indicado, dizendo que foram efetuados pequenos ajustes que se prendem com o facto de, por um lado criar alguns lugares, e por outro lado retirar outros lugares, nas categorias de assistentes técnicos e de assistentes operacionais, assim como ajustar o pessoal das escolas, tendo sido criado um lugar de Educador de Infância, devido ao prolongamento dos horários, e foi retirado um lugar que estava criado, de Segurança Comunitária.

Quanto ao orçamento para 2025, disse que, este orçamento tem mais um milhão, e deve-se ao facto de o quadro comunitário 2030 ter aberto agora, e com ele abriram uma série de candidaturas, sendo que, a câmara municipal está a preparar algumas candidaturas, referindo que neste orçamento também estão previstos os arranjos urbanísticos nas aldeias do concelho, nomeadamente, Granja, Fonte Ladrão, São Pedro, Águas Vivas, Duas Igrejas, Fonte Aldeia, Vila Chã da Braciosa, Freixiosa, e também outros arranjos urbanísticos em Malhadas, Espéciosa, Póvoa, Genísio, e São Martinho.

Referiu que, está prevista a aquisição de uma máquina de rastos e equipamento para a proteção civil, que no orçamento está dotada com duzentos mil euros, mas cuja candidatura é de seiscentos mil, e já está a candidatura pronta para submeter até trinta e um de dezembro, aquisição de viaturas ligeiras e carrinhas para as obras municipais. Requalificação e iluminação das muralhas; Adaptação dos espaços de incubação de empresas Coworking, para recuperação de uma das casas dos Magistrados, a outra já foi recuperada; Centro de Artes Contemporâneas de Miranda do Douro, Centro Interpretativo da Capa de Honras, uma casa que a câmara municipal tomou por posse administrativa, na Rua da Costanilha, o 1.º Direito, para candidatura de sete casas na Terronha, mais seis apartamentos que serão construídos num edifício que se encontra em tijolos na Rua da Costanilha, que serão dois T3, dois T2, e dois T1. Requalificação dos cabanais do Castelo; Requalificação da Casa da Música; O Corredor Ecológico "Os Carreirões"; O projeto IberLobo; Recuperação da antiga Escola Primária de Sendim; Recuperação da Escola do 1.º Ciclo; Recuperação do gimnodesportivo; Recuperação dos balneários do pavilhão da Escola Secundária; são estas as candidaturas que se pretende apresentar.



Handwritten signature and a large letter 'A'.

Referiu que, o orçamento para o próximo ano está em vinte e quatro milhões de euros, mas tem que se proceder a alguns ajustes. Mencionou que a obra do Matadouro também já foi adjudicada e tem que se dar início o mais brevemente possível porque o empréstimo também tem prazos a cumprir.

O **Deputado António Santos** começou por dizer que não têm disciplina partidária, e que, portanto, cada um votará de acordo com o que a sua consciência ditar.

Mencionou que o orçamento lhe parece um documento bem arranjado, e que se nota uma diferença grande entre o primeiro, o segundo e agora este, dizendo que é uma coisa trabalhada, e que estas coisas levam o seu tempo, mas que tem algumas questões que lhe suscitam algumas dúvidas e que gostava de esclarecer.

Primeiro, o facto de o orçamento ter um milhão a mais. Perguntou ao executivo se já está a contar receber algum imposto, nomeadamente o IMI, do negócio das barragens.

Pedi para esclarecer se a partir do momento em que se verifica a decisão da emissão da declaração do IMI, mesmo que seja impugnada há uma obrigatoriedade de pagarem já uma parte desse dinheiro?

Disse que há neste orçamento algumas outras coisas que vê com agrado como por exemplo a questão da requalificação do gimnodesportivo da EB1, da EB2, a requalificação da antiga Escola Básica de Sendim, mas salientou que a verba aqui imputada é muito pequenina.

Também vê com agrado a questão das verbas para o 1.º Direito, e de uma série de obras que aqui foram elencadas.

Pedi esclarecimento a respeito da requalificação da Casa da Música, referindo que tem a impressão que foi requalificada há pouco tempo.

Referindo-se ao Centro Interpretativo da Capa de Honras, disse que também lhe parece importante, e que seria relevante saber onde vai ser feito e em que moldes, comentando que as verbas inscritas para esse efeito também não chegam.

Aludiu que Miranda do Douro tem que criar estruturas onde as pessoas possam passar algum tempo porque caso contrário as pessoas chegam aqui dão uma volta e vão embora. Seria importante que as pessoas que nos visitam possam ter um programa ocupacional que lhes permita passar cá uns dias.

Na sua opinião a questão que o impede de votar a favor do orçamento é a questão do seguro municipal de saúde que é prestado por um privado, que já tinha anteriormente referido, aquando da aprovação do anterior orçamento, porque considera que não foi feita uma avaliação séria desta



medida. Parece-lhe que estar a investir mais seiscentos mil euros sem ser feita uma avaliação correta daquilo que foi feito é um erro. Não lhe parece que baste só dizer que foram feitas um determinado número de consultas, e um determinado número de viagens, parece-lhe insuficiente. Considera que a avaliação tem que ser mais globalizante. Foi gasta uma determinada quantia e tiveram mais valias, e se se os tivesse gasto de outra forma teriam mais valias, ou menos? E se tivessem investido em meios de diagnóstico complementar aqui no Centro de Saúde? E se tivessem contratado técnicos para aqui estar? Não seria melhor?

Compreende que é uma promessa política do atual executivo municipal, que tem toda a legitimidade, mas na sua perspetiva é gastar dinheiro público em questões privadas e é contra, e portanto, da sua parte o sentido de voto é a abstenção.

Reafirmou que reconhece ser positivo o evoluir do orçamento desde o primeiro orçamento até ao atual.

O **Vereador Vítor Bernardo** fez uso da palavra para esclarecer a respeito dos impostos inerentes ao negócio das barragens. Mas, antes disso corrigi-o dizendo que o Seguro Municipal de Saúde são trezentos e trinta mil euros por ano, e este é o segundo ano, portanto os seiscentos e tal mil euros respeitam aos dois anos, porque o concurso foi feito para dois anos, e termina em outubro de 2025.

Relativamente à receita do IMI esclareceu que, a Movhera foi notificada da liquidação, ou seja, foi notificada para pagar pelas seis barragens cerca de dez milhões de euros, acrescido de vinte e cinco por cento. A Miranda do Douro, cabem três milhões, e vão fazer como fizeram na outra avaliação, vão utilizar o mesmo esquema, referindo que quando foi feita a anterior avaliação não pediram o dinheiro, porque tinham conhecimento de que a avaliação ia ser revogada.

O que agora vai acontecer, a empresa vai prestar uma garantia bancária, a partir do momento que prestem a garantia bancária, a Câmara de Miranda vai pedir à AT o dinheiro, porque é uma operação de soma nula, a AT tem esse dinheiro lá, quando quiserem acionar a garantia acionam. No que concerne à impugnação, a EDP utiliza uma estratégia, a Movhera utiliza outra. A EDP utiliza a estratégia de fazer duas impugnações, a impugnação da avaliação, dizer que aquilo não pode ser avaliado assim, e a impugnação das liquidações, dizer que não há direito a pagamento do IMI, porque são bens do domínio público. A Movhera utiliza a estratégia de fazer as impugnações juntas, a única diferença é essa.

Mencionou que, neste momento, o município nada tem a ver com a EDP, apenas com a Movhera Hidroelétricas do Norte, S.A..



Disse que, o Município vai pedir a totalidade do dinheiro da liquidação, e de 2024, que foi diferenciado, tal como consta na proposta aprova já em reunião de câmara.

Deixou nota a respeito de que, o Executivo aproveitou as sugestões dadas pelos membros desta assembleia no ano anterior, quanto à diferenciação do IMI, classe energética, prédios arrendados, prédios devolutos, que tenham sido notificados pela câmara ou intimados para fazer obras, os quais pagam mais, a classe energética paga menos, as obras em reabilitação urbana ficarão isentas, e os prédios industriais, tipo outros que constam nessa portaria de 2017, Centros electroprodutores, ETAR's, ETA's, e barragens, pagarão zero virgula quarenta e cinco por cento mais, consideram que é a opção correta.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas pelo Deputado António Santos, e acrescentou que, relativamente ao que o referido deputado tinha acabado de dizer que, o Executivo tem estado a aprender e que têm noção de que não podem apresentar um orçamento muito elevado, porque caso não consigam cumprir as metas, têm que ser cumpridos os oitenta e cinco por cento de execução, e, preferem trazer uma ou outra alteração modificativa ao orçamento à aprovação deste órgão deliberativo, ao invés de cair em incumprimento.

Quanto às obras de requalificação da Casa da Música transmitiu que a acústica do edifício não existe, as escadas de acesso ao primeiro piso estão em muito mau estado, e a caixilharia também precisa de ser substituída. Informou que se trata de um investimento de cerca de duzentos a trezentos mil euros, que tem que ser feito.

Quanto ao Centro Interpretativo da Capa de Honras, transmitiu que será instalado num edifício que a Câmara Municipal tomou por posse administrativa, na Rua da Costanilha. O espaço, além de servir para expor capas de honras, também prevê que se confeccionem Capas de Honras nesse espaço.

No que respeita ao Seguro Municipal de Saúde, respondeu que os Presidente de Junta de Freguesia são as pessoas mais indicadas para falar acerca do referido seguro porque têm muito mais proximidade com as populações e ouvem o feedback que daí vem a esse respeito.

Lembrou, relativamente ao Centro de Saúde, que a Câmara municipal representada pelo seu executivo, e que tem uma boa relação com aquela instituição de saúde, se comprometeu a pagar mais oito euros por hora aos prestadores de serviços, e mesmo assim não conseguiram que ficassem satisfeitos. Tendo-se verificado, em dias em que os médicos dos Centro de Saúde fizeram greve, que ninguém assegurou os serviços médicos. Afirmando que esta é uma questão que preocupa seriamente o Executivo Municipal.



Mencionou que, nos próximos dias vinte e quatro, vinte e cinco e trinta de dezembro, e no dia 01 de janeiro próximo se seguem novas greves, tendo sido comentado que nessas datas não haverá quem assegure os serviços de consulta aberta, e consequentemente isso fará com que a população saia à rua para reivindicar melhores serviços de saúde, caso venha a acontecer, declarando que o executivo está atento a esta situação.

Afirmou que, a opção feita pelo atual executivo do seguro municipal de saúde, disse que foi uma promessa eleitoral, se deve ao facto de se terem verificado a falta de resposta por parte do Serviço Nacional de Saúde, e apenas devido a isso.

Referiu que, traria mais votos fazer qualquer uma obra, no entanto, o executivo pensou nas pessoas que não dispõem de serviço de saúde tal com as demais dispõem, afirmando que certamente todos os Presidentes de Junta de Freguesia já ouviram os seus fregueses falar do bom que é este Seguro Municipal de Saúde, e é por esse motivo que este seguro se mantém, e que, se futuramente este executivo se mantiver, o seguro também será mantido.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, solicitou o uso da palavra para deixar nota de alguns pontos respeitantes ao orçamento para o próximo ano.

Felicitou o município pelo orçamento apresentado, com mais algum rigor e deferência, deixando um desafio ao Executivo Municipal, concretamente, se for concretizado o pagamento dos impostos devidos pelo negócio da venda das barragens, nomeadamente, o IMI, relativamente a todas as freguesias que são banhadas pelo Douro, e não se refere apenas à sua freguesia, onde se encontra instalado um Centro Electroprodutor, que possa haver uma discriminação positiva relativamente à distribuição desse imposto, para que haja uma distribuição equitativa por todas as freguesias. Acha que é de salutar justiça, e que se faça de forma transparente para que não haja dúvidas para ninguém.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** em resposta a esta última intervenção disse que o executivo está disponível para todas as juntas de freguesia, e certamente os Presidentes de Freguesia sabem o que este executivo tem feito pelas juntas de freguesia, que tem sido tratar a todas com igualdade, e têm sido justos para com todas as juntas de freguesia. Aconselhando a cada autarca de cada freguesia que reflitam e verão que este executivo tem tido um único peso e uma única medida para todas as freguesias, até mesmo quando são distribuídas verbas pelas juntas de freguesia, que têm sido atribuídas em função do FEF destinado a cada uma das freguesias. Referiu ainda, que as associações culturais e desportivas também têm tido a quota parte deles.



Terminada a intervenção do órgão executivo, e subsequentemente a intervenção dos membros que quiseram intervir, pôs este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria com quatro abstenções, os documentos respeitantes ao Relatório do Orçamento, às Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento, para o ano 2025.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para agradecer o sentido de votação dos documentos indicados em epígrafe.

6. Aprovação e votação da proposta de assunção de compromissos plurianuais – Orçamento para o ano 2025 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Delegação na Presidente da Câmara Municipal – Assunção de compromissos plurianuais até € 99.759,58.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia pronunciar-se acerca deste assunto, abriu inscrições, e não se verificando a intenção de nenhum dos membros presentes de intervir, passou à votação deste assunto, tendo este órgão deliberativo deliberado, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na mencionada proposta, respeitante à assunção de compromissos plurianuais - orçamento para o ano 2025, e delegar na Presidente da Câmara Municipal autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, quanto à assunção de compromissos plurianuais até € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros, e cinquenta e oito cêntimos).

7. Definição da taxa de IML a liquidar em 2024 - Apreciação e votação.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu uma breve explicação acerca do que se pretende e em seguida perguntou se alguém pretendia pronunciar-se acerca deste assunto, tendo-se inscrito o Deputado Emanuel Bernardo.

O **Vereador Vítor Bernardo** passou a explicar o que se pretende com a proposta apresentada, no âmbito da definição da taxa de IML a liquidar em 2024. Transmitiu que, a proposta acima indicada foi aprovada em reunião de câmara por unanimidade. A taxa de 0,3% se mantinha para todos os prédios urbanos, a taxa dos prédios rústicos não é passível de se mexer, é 0,8%, o executivo municipal propôs e foi aprovada por unanimidade uma redução de 10%, dos 0,3% dos prédios arrendados para habitação que se localizem no concelho, propuseram a majoração, ou seja, o aumento de 30% de todos os prédios estando em condições de salubridade e de segurança



deficitários tenham sido intimados pela Câmara Municipal a fazer obras, não há discricionariedade, a câmara faz uma vistoria, por exemplo, no Centro Histórico vai acontecer isso porque estão em risco de ruína, portanto, a majoração em vez de ser 0,3% é de 0,39%, a isenção do imposto municipal sobre imóveis que incide sobre os prédios urbanos que sejam objeto de ação de reabilitação urbana e que se encontrem localizados em ARU, conforme previsto na lei em vigor, e que é obrigatório, a redução de 2,5% dos 12,3% do IMI a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética A e Superior a A, e a aplicação de 0,45% aos Centros Electroprodutores, às barragens, às instalações de transformação de eletricidade, e a uma série de prédios elencados na proposta apresentada pelo executivo municipal. Comentou que não é normal as câmaras apresentarem este tipo de proposta. Repetiu novamente que as sugestões, nomeadamente, do Emanuel Bernardo, e de outros membros do Partido Socialista, acharam por bem diferenciar o IMI para os prédios urbanos.

O **Deputado Emanuel Bernardo** expressou que também é importante, que se esteja na política pela positiva, mais do que estar só do outro lado, porque sim. Aproveitando para saudar o município e o órgão executivo por ter aprovado esta proposta por unanimidade, e por ter incluído as sugestões que foram dadas pelos membros do Partido Socialista, porque acha que melhoram um bocadinho a proposta no seu global, saudou mais uma vez o executivo, afirmando que votará esta proposta favoravelmente.

Fechadas as intervenções, foi posta à votação a proposta apresentada pelo órgão executivo, tendo este órgão deliberativo deliberado, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na supra indicada proposta, relativa à definição da taxa de IMI a liquidar em 2024.

8. Apreciação e votação da proposta – Repartição de Encargos – Construção do Matadouro do Planalto.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao executivo municipal para explicar o que pretende com a proposta mencionada em intitule.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a repartição de compromissos plurianuais deve-se ao facto de que a obra já devia de ter iniciado, porque já foi adjudicada, e como o empreiteiro ainda não a iniciou, é feita a repartição para ter mais alguns meses para poder utilizar na execução desta empreitada o dinheiro do empréstimo solicitado para esse efeito.

Terminada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal, este assunto foi posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, por parte desta Assembleia Municipal, sob



proposta da Câmara Municipal, nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada relativa à repartição de encargos inerentes à empreitada de construção do Matadouro do Planalto.

9. Votação da minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao executivo municipal na pessoa do Vice-Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar a respeito deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse que, este protocolo já devia ter sido celebrado até o mês de fevereiro do ano em curso, apelando às juntas de freguesia que no próximo ano se façam os pedidos mais cedo, por forma a que a câmara municipal possa celebrar mais um protocolo com as juntas de freguesia, para ser mais célere esse procedimento e também porque é melhor para todos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos que nela constam.

10. Votação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos que nela constam.



11. Plano de transportes escolares para o ano letivo 2024/2025 – Para conhecimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se ao executivo municipal perguntou se pretendiam elucidar os presentes a respeito desta temática, tendo passado a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** expôs que atualmente a gestão dos transportes escolares são da responsabilidade da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, e que no concelho existem algumas rotas especiais que são trazidas a esta assembleia para conhecimento.

Referiu que este plano de transportes não tem estado a funcionar muito bem, devido a falhas por parte da empresa que tem estado a prestar este serviço, devido ao que se tem assistido ao surgimento de vários problemas, referindo que a empresa que presta o serviço não tem estado a trabalhar com a seriedade que o executivo municipal pretendia que fizesse.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** referiu que reforça a ideia que o Vice-Presidente da Câmara Municipal acabou de transmitir, porque de facto não se verificaram quaisquer melhorias na passagem da gestão dos transportes para a CIM – Comunidade Intermunicipal.

Expôs que há problemas a nível organizacional, e tem havido algumas questões, afirmando que esse procedimento tem que ser melhorado, nomeadamente a nível dos contactos, com a própria CIM. Há um trabalho aqui a fazer, até porque a empresa se queixa por ter poucos condutores, que é o grande problema, e neste momento o sistema de transportes interno aqui em Miranda do Douro é feito por um dos autocarros que vai para fora, ou seja, os alunos acabem por perder muito tempo a dar a volta por Miranda, primeiro, depois chegam a casa já muito tarde, o que é de todo indesejável, esperando que este seja um processo que esteja em vias de melhoria.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** afirmou que as palavras proferidas pelo Deputado António Santos são efetivamente um verdadeiro relato da realidade, dizendo que custa muito ao município que os transportes urbanos efetuados na cidade, que custam ao município setenta e seis mil euros por ano, e a operadora vinca que está a cumprir a regra prevista neste âmbito, afirmando que desde que o aluno sai da escola até chegar a casa pode levar até uma hora, e é esta a questão que impede a câmara de agir de outra forma perante esta evidência.



CS-
A

Terminadas as intervenções, prosseguiu com os trabalhos, tendo o plano de transportes escolares para o ano letivo 2024/2025, merecido apreciação positiva por parte de todos os membros presentes, dando-se os mesmos por esclarecidos a este respeito.

12 Apreciação e votação da Carta Educativa da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao executivo municipal, na pessoa do seu Vice-Presidente para se pronunciar a respeito deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que o documento acima mencionado tem que ser elaborado e aprovado por parte deste órgão deliberativo, para poder futuramente apresentar candidaturas no âmbito da educação, sendo que, este documento já foi aprovado pelas demais entidades envolvidas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem intervissem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** elucidou que a carta educativa é um documento que já foi trabalhado noutros órgãos, da qual também eles fazem parte, constatando-se que o documento melhorou bastante, desde a primeira versão que foi apresentada inicialmente, nomeadamente nos termos de comparação, que fazem em relação à CIM em que estão integrados, e não a outras entidades regionais. Parece-lhe um documento bastante bem elaborado e que retrata bem a nossa realidade. Encerradas as intervenções, pôs este assunto a votação tendo sido aprovada por unanimidade a Carta Educativa da Câmara Municipal de Miranda do Douro, sob proposta do órgão executivo. Após o ponto 12 o membro da Assembleia Municipal, Fernando Vaz das Neves, ausentou-se da sala.

13. Votação da minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos que nela constam.



14. Votação da proposta - Código de Ética e de Conduta – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia fazer algum comentário a respeito deste assunto, tendo-se pronunciado o Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que se trata de um documento cuja criação foi imposta por diploma legal, com carácter obrigatório, e tem que ser aqui trazido para ser votado.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem intervissem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** elucidou que o diploma legal que obriga à elaboração deste documento já foi publicado em 2021, e que todos os organismos públicos com mais de cinquenta trabalhadores são obrigadas a ter este tipo de código e de protocolo, dizendo que na escola também têm a obrigação de ter este documento, tendo sido estipulado de até 31 de dezembro do ano em curso para submeter este documento numa plataforma, tendo tido conhecimento de que esse prazo será alargado porque é a primeira vez que está a ser elaborado.

Referiu ainda, que esta questão do código de ética é algo muito importante, por isso importa que todos os trabalhadores e funcionários tenham conhecimento dele, porque são os princípios que nele estão enunciados que devem nortear a nossa atuação, enquanto funcionários públicos e, portanto, vêm com muito bons olhos que este documento seja aqui aprovado e depois devidamente publicitado.

Fechadas as intervenções, pôs este assunto a votação tendo sido aprovada por unanimidade o Código de Ética e de Conduta – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, sob proposta do órgão executivo.

15. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, uma vez que não se encontra nesta reunião a Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse que o que a informação contém descreve as atividades e trabalhos realizados desde a anterior reunião realizada por esta assembleia, e que, se alguém tivesse alguma dúvida a respeito do que se encontra plasmado nesta informação que explicará o que for necessário explicar, aproveitando para apresentar a todos os presentes votos de Boas Festas, Bom Natal e Próspero Ano Novo, em seu próprio nome, em nome da Presidente



A

da Câmara Municipal e em nome de todo o Executivo Municipal, explicando a que se deveu a ausência da Presidente da Câmara Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem, e não se verificando nenhuma inscrição passou a palavra ao Executivo Municipal para dizer o que se lhe aprouvesse acerca da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no espaço compreendido entre o dia 18 de setembro e 10 de dezembro de 2024, relativamente à qual todos os membros presentes se consideraram esclarecidos e informados.

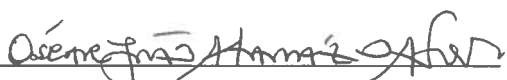
Atendendo a que se encontrava na reunião alguns assistentes externos aos órgãos autárquicos, perguntou se alguém pretendia fazer uso da palavra, tendo-se manifestado o Sr. Professor António Carção.

Por sua vez o Professor António Carção cumprimentou todos os que se encontravam presentes nesta reunião, e lembrou Mário Soares, que ao longo da sua existência terá proferido as seguintes palavras: *"Só desiste quem deixa de lutar."* E referindo-se à Câmara Municipal de Miranda do Douro, e ao Movimento Cultural de Miranda do Douro, lutaram e acha que já se consegue avistar uma luz ao fundo do túnel, parabenteando a todos, excluindo os que integraram os Governos até este momento, e que a luta continue, porque terá que ir até ao fim, deixando saudações natalícias para todos os presentes.

O **Presidente da Assembleia Municipal** antes de encerrar os trabalhos desejou que todos tivessem um Feliz Natal e que 2025 seja excelente para todos, que, pelo menos todos tenham saúde, e que consigam concretizar alguns dos respetivos sonhos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a reunião eram dezasseis horas e vinte minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal


Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão



Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.